

Brasil obtém nota de investimento seguro

JOE TABACCA/BLOOMBERG NEWS

Nota concedida pela S&P coloca o País entre os mais seguros para se investir

JIANE CARVALHO
SAO PAULO

O Brasil finalmente é considerado seguro para o investidor estrangeiro. Quatorze anos depois do início do Plano Real — divisor de águas que colocou o País em um ciclo de estabilidade monetária após um longo período marcado por hiperinflação e planos econômicos mal sucedidos — o Brasil chega ao grau de investimento.

O tão esperado selo de segurança para o investidor, que promete atrair uma enxurrada de capital para o mercado brasileiro, foi concedido na última quarta-feira pela agência norte-americana de avaliação de risco a Standard & Poor's (S&P).

A nota de crédito (rating) para moeda estrangeira foi de BB+ para BBB, com perspectiva estável, e a nota para moeda local, que já era grau de investimento, passou de BBB para BBB+, também com perspectiva estável.

Seleto grupo

O Brasil é a 14ª economia a ter seus créditos soberanos elevados para grau de investimento, segundo a agência de classificação de risco Standard & Poor's.

A escala de avaliação da S&P — a mesma utilizada por outra agência norte-americana, a Fitch Ratings — o primeiro nível considerado grau de investimento vai do triplo B (BBB, em que o Brasil se encontra agora), até o mais elevado, o triplo A (AAA, onde estão Estados Unidos, Reino Unido e Canadá). Abaixo do grau de investimento, com notas que vão de BB a D (inadimplente), os países são considerados pouco seguros ao investidor ou de grau especulativo.

Outras agências

A Fitch, cuja nota brasileira está sendo mantida em BB+, informou que o País está, no momento, passando por uma reavaliação. "Após inúmeras solicitações sobre a posição da Fitch quanto ao rating soberano do Brasil, confirmamos que há no momento uma equipe no Brasil conduzindo uma reavaliação dos ratings", informou a agência por meio de nota. "O rating soberano do Brasil está em revisão ativa."

Na terceira agência de classificação de risco norte-americana, a Moody's, a dívida externa

brasileira hoje recebe a nota Ba, ainda a um nível do chamado grau de investimento.

A escala utilizada pela Moody's — diferente da Fitch e da S&P — vai de Aaa, o nível mais alto do grau de investimento, a C, o mais baixo dos países considerados especulativos. Como aconteceu na última vez em que o Brasil recebeu um upgrade, a decisão da S&P de conceder ao País o selo de grau de investimento na última quarta-feira pode acelerar revisões por parte da Fitch, já em curso, e da Moody's.

Bons fundamentos

Para justificar sua decisão de elevar o Brasil à categoria de seguro para o investidor, a Standard & Poor's cita como positivos o histórico de continuidade da política econômica nas transições políticas sob um regime de meta de inflação e taxa de câmbio flutuante, a dívida externa líquida abaixo de 10% das receitas de conta corrente (CAR, na sigla em inglês) e um perfil de dívida pública cada vez mais em linha com as notas de crédito de dívida soberana de grau de investimento baixo.

"A decisão de conceder um upgrade ao Brasil vem coroar o sucesso de uma política de longo prazo, que conduziu o País à estabilidade macroeconômica", explica a diretora para ratings soberanos da S&P, Lisa Schineller. "A condução da economia criou as bases para que o País possa crescer a uma taxa entre 4% e 4,5% de forma sustentável."

Juros

A decisão recente do Banco Central (BC) de elevar a taxa básica de juros da economia (Selic) em meio ponto percentual para conter as pressões inflacionárias foi elogiada por Lisa como um sinal de independência e comprometimento do BC com o regime de metas de inflação.

"O Banco Central de início a um ciclo de aperto no mês de abril para garantir que os benefícios duramente conquistados associados com a baixa taxa de inflação sejam mantidos, o que é um sinal inequívoco de maturidade da instituição, relevantes ao se avaliar as perspectivas brasileiras", afirma Lisa.

Resultados fiscais

O comportamento do governo, mesmo após a perda de arrecadação com o fim da CPMF (Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira) também recebeu elogios da diretora da S&P.

"Os resultados fiscais até o mês de março sugerem que o governo está posicionado para acomodar a falta da CPMF e gerou um superávit primário do setor público não financeiro de 3,8% do PIB, o que é consistente com o histórico de 10 anos de cumprimento das metas primárias."

Ao comunicar o upgrade brasileiro, a agência S&P também citou algumas fragilidades que ainda persistem na economia brasileira. A dívida líquida geral do governo, por exemplo, ficou em 47% do PIB no fim de 2007, acima dos níveis para ratings de crédito semelhantes e acima de 20% do PIB para a média dos ratings BBB da agência.

"Apesar de a relação dívida/PIB brasileira de 47% ser maior do que de outros países com nota semelhante, próximo de 20%, há sinais de que a política econômica é sustentável", pondera Lisa.

"A dívida líquida brasileira, externa e interna juntas, ainda é alta, mas o perfil melhorou muito, o prazo médio hoje é próximo de cinco anos, no mesmo nível de outros países considerados grau de investimento."

Para Lisa Schineller, iniciativas políticas para reduzir o nível de

O PAÍS PODE CRESCER ATÉ

4,5%
de forma sustentável, segundo a S&P

gasto do atual governo, e também sua rigidez, devem fortalecer a posição fiscal do Brasil e facilitar um declínio maior na taxa de juro, com implicações positivas para o investimento e crescimento e um declínio mais rápido nos encargos da dívida do país.

"A política fiscal tem sido muito eficiente, ajuda na atração de investimentos que colaboram para um crescimento econômico sustentável", diz Lisa.

"Se o comprometimento deste ou do futuro governo enfraquecer, se ocorrerem reveses de política para o clima de investimento, ou se o governo falhar em responder adequadamente a choques não previstos, os ratings poderão ficar sob pressão", alerta a diretora da agência S&P.



A diretora para ratings soberanos da agência de classificação de risco S&P, Lisa Schineller